

Boletim do CNE de 09/02: Diretoria da Eletrobrás vai de tratoração contábil!

Compartilhamos abaixo o Boletim do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) divulgado hoje. Para a versão em pdf clique [aqui](#).



COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

Brasília-DF 09 de Fevereiro de 2022

DIRETORIA DA ELETROBRÁS FICA EXPOSTA COM TRATORAÇÃO CONTÁBIL DA PRIVATIZAÇÃO

Não bastasse a fraude de 230 bilhões de reais identificada pelo Tribunal de Contas da União e repercutida na imprensa brasileira e internacional, O Festival de irregularidades que assolam a Eletrobrás está contaminando uma das informações mais valiosas que qualquer companhia aberta em bolsa de valores pode ter: a insegurança jurídica e contábil das demonstrações financeiras padronizadas de 2021, também conhecida como o balanço da Eletrobrás com os números de referência para a privatização.

Ontem, 08/02/2022, o Jornal Correio Braziliense na "Coluna da Denise" noticiou que "a diretoria da companhia (Eletrobrás) corre contra o tempo para fechar o balanço de 2021 até 23 de fevereiro. Antecipado em um mês, será o balanço com os números da privatização para mostrar aos investidores interessados (...). O problema é a data. O fechamento das demonstrações financeiras completas das subsidiárias Furnas, Eletronorte e Eletronor é em março. Ao antecipar o seu balanço para fevereiro, a direção da Eletrobrás arrisca registrar na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) um demonstrativo incompleto, baseado em números e estimativas gerais, para não atrasar ainda mais a privatização. (...) Técnicos da própria estatal e da auditoria externa PwC estão de olho e vão questionar essa antecipação".

Pelo exposto na nota, querem fazer uma manobra inédita no balanço da Eletrobrás. Fechar o balanço em tempo recorde e sem as informações

completas de três grandes subsidiárias (Eletronorte, Furnas e CGT/Eletronor). Isso é um descalabro grotesco. A partir de agora, todas as informações financeiras e contábeis da Eletrobrás estão sob suspeita e é bom que os diretores, os conselheiros e os técnicos da Eletrobrás, além dos auditores externos da PwC (PricewaterhouseCoopers), liguem mesmo o sinal de alerta e fiquem preocupados. O tratoração contábil proposto pela Diretoria da Eletrobrás expõe a imagem da empresa e reforça o interesse jocosos de fazer uma privatização a toque de caixa, a qualquer custo.

É público e notório, sabemos exatamente quem assina e quem aprova o balanço da Eletrobrás na trilha de governança e a quem temos que monitorar e denunciar. São os diretores **Rodrigo Limp Nascimento**, **Elvira Cavalcanti Presta**, **Camila Gualda Sampaio Araújo**, **Pedro Luiz de Oliveira Jatobá**, **Márcio Szechtman** e **Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira**. E também, o presidente do Conselho de Administração **Ruy Flaks Schneider**, o presidente do Conselho Fiscal **Domingos Romeu Andreatta**, o Superintendente de Contabilidade **Marcos José Lopes** e o auditor externo **Guilherme Naves Valle**, o sócio líder da auditoria independente **PwC (PricewaterhouseCoopers)** no Brasil do segmento de energia.

Nós do Coletivo Nacional dos Eletricitários passamos o dia de ontem formulando e executando denúncias das mais diversas naturezas. Estão sendo detalhadamente reportados do fato noticiado pela

imprensa a **Comissão de Valores Mobiliários**, a **Comissão de Ética Pública**, o **Canal de Denúncias Patrimoniais da PGFN** e da **RFB**, o **Ministério Público Federal**, o **Tribunal de Contas da União**, a **Controladoria Geral da União**, o **Conselho Federal e Conselhos Regionais (RJ, MG e SP) de Contabilidade**, a **Securities and Exchange Commission (SEC)**, o **Government Accountability Office (GAO-USA)**, o **National Office at PwC (USA)**, o **American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)** e o **Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB)**.

Absolutamente todas as suspeitas de fraude e irregularidades serão denunciadas. Não pensem os gestores da Eletrobrás que estão acima da lei, do bem e do mal. Não se garantam cegamente no seguro D&O. Ele abrange somente os atos de gestão praticados pelo administrador, mas não é blindagem para atos ilegais ou salvo-conduto de dolo, não alivia gestão pública temerária como ato de improbidade administrativa. Nós não vamos permitir que a Eletrobrás saia das páginas de economia e infraestrutura para as páginas policiais dos jornais.

A história nos conta que crimes contábeis, como fraude e sonegação, são responsáveis pela falência de importantes empresas e podem levar a economia ao caos. A lisura dos dados publicados no balanço contábil de uma companhia é decisiva para a estabilidade da economia.

Num exercício de memória, lembramos da **Enron Corporation** que era uma companhia de energia norte-americana sediada em Houston no Texas e que empregava cerca de 21 mil trabalhadores, tendo sido uma das líderes no mundo em distribuição de energia elétrica e gás natural. Com um faturamento de US\$ 101 bilhões, foi à falência por causa de denúncias de fraudes contábeis e fiscais. O grupo Enron pediu concordata em dezembro de 2001 e arrastou consigo a empresa de auditoria externa **Arthur Andersen**, que era na ocasião uma das conhecidas BigFive (assim como a PwC). Na época, as investigações revelaram que a Enron havia ma-

nipulado seus balanços financeiros, com a ajuda de empresas e bancos, e escondeu dívidas de US\$ 25 bilhões por dois anos consecutivos, tendo seus lucros inflados artificialmente. Em razão de escândalos como esse, foi redigida a lei Sarbanes-Oxley, em 2002. A lei, conhecida como Sox, nasceu com o objetivo de evitar o esvaziamento dos investimentos financeiros e garantir mecanismos de auditoria e segurança confiáveis. A Sox é referência até hoje em todo mundo e inclusive no Brasil.

Todo esse histórico nefasto nos causa repulsa e nos dá a sensação de Dejavu quando tomamos conhecimento da nota do Correio Braziliense.

Nós não vamos permitir que aventureiros de passagem pela Eletrobrás manchem a imagem e a história de uma estatal com mais de 60 anos, da maior empresa de energia elétrica da América Latina. Aqueles que estiverem envolvidos com quaisquer atos ilícitos serão denunciados e responsabilizados.

Neste jogo de dados viciados e cartas marcadas que é a tentativa de privatização da Eletrobrás, a construção do balanço em tempo recorde e sem os resultados consolidados e detalhados de três grandes subsidiárias é mais um capítulo deplorável. É prudente alertar aos auditores que não há "carta conforto" que dê garantia a este grande absurdo!

O Coletivo Nacional dos Eletricitários está organizado, obstinado, atento. O CNE vai até às últimas consequências lutar por publicidade de fraudes e suspeitas de irregularidades, política de consequências. Seguiremos firmes, em consolidação de forças, jogando duro contra a açada tentativa de privatização da Eletrobrás! Não descansaremos um segundo sequer até que a justiça seja feita! Aqui tem luta! Estamos atentos! Não ficará pedra sobre pedra!

Eletrobrás pública, Brasil soberano.



PELO FUTURO DO BRASIL

www.salveaenergia.com.br

Twitter.com/salveaenergia

Instagram.com/salveaenergia

Facebook.com/salveaenergia

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo).

A Diretoria, em 9 de fevereiro de 2022.
Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

